

RESUMO

FARIA, Ana Lucia Ferreira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2012. **A Educação de Jovens e Adultos do Campo: um Estudo nos Projetos de Assentamento de Natalândia – MG.** Orientador: Dilenio Dustan Lucas de Souza.

Esta pesquisa teve a proposta de analisar como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que visa a alfabetização e a escolarização em convênio com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), foi constituída nos projetos de assentamento (PAs) do município de Natalândia e se aproximou das especificidades/realidades dos trabalhadores rurais. Buscamos analisar e identificar se a práxis educativa tornou-se um instrumento de democratização da educação e conscientização; interpretar o olhar dos trabalhadores rurais em relação ao pedagógico ao estrutural para assim, identificar limites, possibilidades e contribuições. Esta investigação foi fundamentada por um estudo de caso qualitativo, no qual utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental além de sete entrevistas realizadas com os trabalhadores rurais. De acordo com alguns dados obtidos as limitações e desafios foram: A ausência na oferta de merenda; a demora na realização dos exames oftalmológicos; a precariedade na infraestrutura física das salas de aula; as visitas poucos frequentes da monitora e da coordenadora local e a avaliação realizada para a certificação dos educandos. As possibilidades detectadas foram relacionadas às práticas pedagógicas, que visaram a construção de uma educação contextualizada com as realidades vividas, buscando a consolidação da educação dialógica e problematizadora, o reconhecimento da importância das salas de aula, e, por último, as contribuições proporcionadas com a participação das aulas, possibilitando melhorias na vida pessoal e comunitária. Os trabalhadores rurais, desde a luta pela terra, também se mobilizaram na luta por educação. A EJA/PRONERA concretizou num sonho que não pôde contar com a participação de muitos, devido aos desafios impostos. Defendemos que a EJA do Campo deve ser desenvolvida em articulação com os movimentos sindicais e sociais do campo, sendo assumida também, pelas Prefeituras.